

## **ACONTECEU**

A Presidente da Assembleia da República (PAR), Esperança Laurinda Francisco Nhiume Bias, recebeu, quinta-feira passada (24), em Maputo, o Embaixador da França em Moçambique, David Izzo, com o qual passou em revista a situação política, económica e social do País.

Durante o encontro, a PAR falou, ao diplomata francês, do papel que o Parlamento moçambicano tem desempenhado na promoção da participação da mulher nos processos de desenvolvimento do País.

A Presidente do Parlamento fez referência, igualmente, aos esforços que a Assembleia da República tem feito no sentido de garantir a integração da mulher na sociedade, lembrando que Moçambique ratificou vários tratados sobre direitos das mulheres e aprovou várias políticas de género, em princípio assumidas pelo Governo.

Por seu turno, David Izzo agradeceu a audiência que lhe foi concedida e apresentou, a PAR, algumas intenções que o seu País e outros pretendem levar a cabo no mês da Mulher em 2022 e de que forma a Assembleia da República pode ser associada a tais iniciativas.

No encontro de cortesia, o diplomata francês fazia-se acompanhar pela Alta Comissária do Canadá em Moçambique, Caroline Mary Delany, e pela Embaixadora da Suécia acreditada no País, Mette Matilda Sunnergren.

Ainda na quinta-feira passada, a PAR recebeu, em audiência, o Embaixador da Indonésia em Moçambique, Herry Sudjat.

Na ocasião, a PAR manifestou, ao diplomata indonésio, o desejo de estreitamento das relações de cooperação a nível bilateral entre os dois parlamentos, através da troca de delegações e experiências, nos domínios político e da administração parlamentar.

Os deputados membros da Comissão dos Assuntos Constitucionais, Direitos Humanos e de Legalidade (CACDHL) participam, de 24 a 26 de Fevereiro corrente, na Ponta de Ouro, província de Maputo, num **seminário sobre Direito Internacional Humanitário**. O evento da Ponta de Ouro é organizado pelo Comité Internacional da Cruz Vermelha.

## **BREVES**

A Presidente da Comissão dos Assuntos Sociais, do Género, Tecnologia e Comunicação Social, Lúcia Pedro Mafuiane, mostrou-se satisfeita com as contribuições apresentadas pelos agentes, dirigentes e outras entidades desportivas para o enriquecimento da Proposta de Revisão da Lei do Desporto.

Este sentimento foi expresso, nesta quinta-feira (24), na sede do Parlamento, em Maputo, por ocasião da auscultação pública em torno da Proposta de Revisão da Lei nº 11/2022, 12 de Março, que aprova a Lei do Desporto, com o objetivo de ver até que ponto os praticantes do Desporto se revêm na mesma, o que eles querem ver plasmado na Lei e como querem ver o desenvolvimento do Desporto em Moçambique.

Segundo Lúcia Mafuiane, o Parlamento assume a prontidão de levar ao debate, em plenária, a Proposta da Revisão da Lei do Desporto dentro de duas semanas. “Portanto estamos prontos para aqui fazermos os últimos alinhamentos” disse Mafuiane, acrescentando que uma das novidades que a proposta traz é a questão do desconto dos praticantes de desporto de alta competição, uma situação que deveria ainda ser discutida com o proponente para a sua viabilização uma vez que nem todos os atletas tem salários nos seus clubes.

“Outra questão que devemos ainda discutir com o proponente é sobre o desporto infantil para se aferir até que ponto as crianças que praticam actividades desportivas possam descontar para a segurança social”, explicou a Mafuiane, para quem a proposta traz igualmente inovações no processo eleitoral das federações, a questão de seguros dos atletas para além do desporto escolar que poderá competir a nível de federados bem como abre espaço para que o pai tenha empresários desportivos.

O Governo pretende proteger as obras de folclore para que a sua captação, reprodução, divulgação e publicação seja feita como documento comprovativo de anuência ou assentimento do Estado moçambicano.

A pretensão está patente na Proposta de Lei de Revisão da Lei nº 4/2001, de 27 de Fevereiro, Lei dos Direitos de Autor e Direitos Conexos, um instrumento que tem por objecto a protecção das obras literárias, artísticas e científicas e dos direitos dos respectivos autores, artistas, interpretes ou executantes, produtores de fonogramas e de videogramas e dos originais de radiodifusão, visando a criação e a produção do trabalho intelectual na área da literatura, da arte e da ciência.

Segundo a Ministra da Cultura e Turismo, Eldevina Materula, com esta Proposta de Lei pretende-se desencorajar todas as formas de uso de uma obra sem o consentimento do autor e estabelecer o uso de novos métodos de protecção das obras. Falando semana passada, na sede do Parlamento, em Maputo, durante uma audição parlamentar organizada pela Comissão da Agricultura e Economia e Ambiente (CAEA) da Assembleia da República, a governante assegurou que a nova legislação vai permitir a reprodução em formato acessível para portadores de deficiência visual e qualquer outra deficiência que impeça o manuseamento de um livro.

Em sede da Audição Parlamentar, a Ministra da Cultura e Turismo referiu-se à pertinência desta revisão para adequar a legislação moçambicana aos princípios dos Direitos de Autor e Direitos Conexos que norteiam os países membros da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) e da Organização Regional Africana da Propriedade Intelectual (ARIPO).

Adequar a legislação sobre Direitos de Autor e Direitos Conexos ao Código Penal vigente no país para desencorajar a prática de crimes de violação destes direitos com recurso a meios informáticos, usurpação e contrafação, entre outros, é a outra pretensão do Executivo moçambicano patente na Proposta de Lei de Revisão da Lei nº 4/2001, de 27 de Fevereiro, Lei dos Direitos de Autor e Direitos Conexos.

Para além da Ministra da Cultura e Turismo, a Comissão da Agricultura e Economia e Ambiente (CAEA) da Assembleia da República auscultou a Associação Moçambicana de Autores (SOMAS) no âmbito da recolha de subsídios para a aprovação daquela Proposta de Lei composta por dois capítulos e 100 artigos.



Assembleia da  
República  
Secretariado-Geral

# Actualidade Parlamentar

Editor: Gabinete de Imprensa

Ano XVIII N.º01 28 de Fevereiro de 2022

Sede: Av. 24 de Julho n.º 3773, CP: 1516, Telef. 21225100, Fax: 21400711, Maputo

[www.parlamento.mz](http://www.parlamento.mz)

E-mail: [argabimprensa@gmail.com](mailto:argabimprensa@gmail.com)

01º Dia da V Sessão Ordinária da IX Legislatura

## **DESTAQUES**

**Inicia V Sessão  
Ordinária da  
IX Legislatura  
da AR**

## **ORDEM DO DIA**

**09h00: Início dos Trabalhos**

**Cerimónia Solene de Abertura da V Sessão Ordinária da Assembleia da República,  
na IX Legislatura**

### **I PARTE**

- Discurso da Presidente da Assembleia da República, **Esperança Laurinda Francisco Nhiume Bias**;
- Discurso do Chefe da Bancada Parlamentar da FRELIMO, **Sérgio José Camunga Pantie**;
- Discurso do Chefe da Bancada Parlamentar da RENAMO, **Viana da Silva Magalhães**;
- Discurso do Chefe da Bancada Parlamentar do MDM, **Lutero Chimbirombiro Simango**.

### **II PARTE**

Apresentação e apreciação das Propostas de Programa de Trabalhos e de Rol de Matérias da V Sessão Ordinária da IX Legislatura

**Fim dos Trabalhos do Dia.**

**Previsão do Tempo: Hoje, Cidade de Maputo: Máx – 32; Min – 23; Fonte: INAM**